

OS MEIOS DE COMBATE AS DESIGUALDADES, AS DIFERENÇAS, AO PRECONCEITO E AO RACISMO (LEI 10.639/03)

Prof. Luciano João de Sousa, lucianojs@gmail.com
Faculdades Integradas Campos Salles

Me. Celia Braga Dalla, profaceliabraga@gmail.com
UNIP – Universidade Paulista

RESUMO

O artigo possui como objetivo principal refletir e dialogar com a Lei 10.639/03 sobre a sua importância na consolidação de ações afirmativas no combate as desigualdades, as diferenças, ao preconceito e ao racismo. Construir conhecimento a partir de fundamentação teórica a respeito do processo histórico de formação da discriminação e da inferioridade do negro brasileiro. Propor a valorização da cultura africana e afro-brasileira como: dança música, religião, literatura e língua. A escola como promotora de igualdade, como espaço de debate e reflexão sobre questões étnico-raciais e a importância do educador em sua efetivação.

Palavras chave: Lei 10.639/03; Cultura africana e afro-brasileira; Identidade nacional; Questões étnico-raciais. Ações afirmativas.

Data de aceite: 20/03/2018

Data de Publicação: 04/08/2018

INTRODUÇÃO

Discorrer sobre questões étnico-raciais dentro da sociedade brasileira é de suma importância para se entender as nossas raízes, a nossa formação histórica, cultural e social. Sendo assim, a África, país de grande riqueza cultural e berço não só da humanidade, mas da construção de uma sociedade que devido ao processo de colonização não a reconhece como tal, passa a ser descrita neste artigo, não como uma nação de povos inferiores, mas sim, como nação de valorosas culturas e costumes que ajudaram na formação da identidade nacional brasileira.

A partir das reflexões feitas sobre a Lei 10.639/03, tendo como problema de pesquisa a sua consolidação como meio capaz de combater as desigualdades e as diferenças ou propagar o preconceito e o racismo, procurou-se reconhecer o processo histórico da formação da discriminação e da inferioridade da raça negra, não para disseminar preconceito, mas como forma de combatê-lo e enaltecer a cultura africana e afro-brasileira.

Também, procurou-se afirmar a Lei 10.639/03 como recurso jurídico apropriado ao combate de qualquer forma de discriminação sobre questões étnico-raciais. Neste contexto, procurou-se destacar a escola e os espaços de formação como elementos essenciais ao reconhecimento da importância da cultura africana e afrodescendente. Cabendo, também, ao educador, propor meios viáveis a reflexão desta importância à sociedade brasileira.

Como metodologia de pesquisa, além da Lei 10. 639/03, foi feita leitura a respeito de teóricos que escrevessem sobre a construção da identidade nacional, elementos culturais africanos na sociedade brasileira e a escola como espaço de favorecimento a igualdade de direitos e de combate ao preconceito.

Construção da mistificação da Identidade Nacional

Entender a realidade de um povo sofrido, bem como a importância de se discutir questões étnico-raciais dentro das escolas e espaços de formação docente, faz com que haja um constante diálogo sobre o que é a África e a sua importância na formação da sociedade brasileira. *África, berço da humanidade, sempre foi apresentada como sendo o berço da escravidão, pois sendo um continente submetido à exploração europeia, teve na realização de poder entre dominador e*

dominado a condição de inferior (Santos, 2001, p.9).

África é um continente com vasto número de países, com grupos étnicos diversos e com diferentes culturas, o que o leva a ser um lugar de riquíssimas produções culturais. Portanto, para se falar da relação entre África e Brasil é necessário entender o comportamento de um em relação a formação cultural e social do outro. Para tanto, deve-se entender o comportamento cotidiano de ambos na vida diária como: como moram, como lidam com o nascimento e a morte, como se vestem, dançam e cantam, como rezam, como amam etc. (Araújo, 2003, p.7).

Quando se fala em escravidão, não se deve esquecer que ela se estabelece por meio das relações de dominação de um e subordinação de outro, tornando este serviu ou escravizado de várias maneiras. Nessas relações, observa-se que a escravidão submetida pelos africanos a partir século XV, possui diferenças acentuadas aquelas existentes na Europa e na própria África nos séculos anteriores a conquista europeia.

Na África Antiga, escravidão resumia-se a um sistema de cativo, estruturado em guerras e dívidas, em que um estrangeiro ou alguém do mesmo grupo étnico era submetido a tal situação até a quitação da dívida. A dívida era estabelecida pelo credor e após o pagamento, o cativo voltava as suas origens sem perda da sua identidade pessoal étnica, social e cultural.

Já no que se referem à escravidão estabelecida pelos europeus, a partir do século XV, têm-se africanos submetidos e transformados em escravos pelo sistema político e econômico implantado pelos conquistadores. O escravo nasce, cresce e morre nesta condição. Não lhe dão a possibilidade de transformação social, muito menos aos seus descendentes. Portanto, o sujeito livre foi transformado e submetido a uma condição social imposta a ele. Silva (2010. p.26) afirma que o escravo é nada mais é do que um ser humano desprovido de raciocínio, ou de sentimentos humanos, e nesse sentido, igualando-o aos animais, incapaz de produzir ou criar por conta própria. Por serem considerados como propriedade de outrem, eram privados de direitos e sem ninguém que os representassem de alguma forma.

No Brasil, considerado mercadoria durante quatro séculos, só a partir do século XIX, com a propagação das correntes liberais capitalistas é que houve preocupação com a sua liberdade, porém sem preocupação com a sua verdadeira inclusão

social. Contra esta realidade, o movimento abolicionista, se estabeleceu como forma de luta para se criar uma identidade nacional do negro no Brasil, levando em consideração reivindicações sociais, a luta contra as dificuldades da sua existência e os valores culturais como percursos desse processo contínuo.

Isso tanto é verdade que até hoje se vê nos movimentos sociais contemporâneos, a luta constante pelo pertencimento a uma nação, a busca por aquisição da identidade nacional e mais interesse e engajamento nos debates sócio-étnico-raciais. No Brasil, país muito miscigenado, culturalmente e biologicamente, todo o processo de construção de identidade pessoal, social e étnico-racial é algo dinâmico e marcado por um processo histórico de exclusão social.

Diante disso, o que é ser negro ou preto? O termo negro é uma construção sociocultural nos países de diáspora africana, que nasce fora da África e se dá em uma relação direta com outros povos. Já no contexto da escravidão, assim como no tráfico escravista, o termo “preto” vincula-se ao contexto da escravidão, fazendo menção aos descendentes de africanos escravizados, nascidos no Brasil e que não possuem resistência contra o sistema escravocrata.

Nos dias atuais, embora ainda exista uma grande discussão sobre tais termos: negro ou preto. No Brasil, o termo “preto” não é visto de forma positiva pelo movimento negro brasileiro desde a década de 30 do século passado, por representar um significado de bondade e de ser dócil aos olhos do conquistador. Diverge do termo negro por este ser usado no sentido não só da cor da pele, mas também pela consciência de saber das suas raízes, saber quem é, pelo que luta e contra quem luta como forma de resistência.

A sociedade brasileira preocupava-se com a construção de um projeto econômico em que a escravidão não mais condizia com a realidade mercadológica do processo de industrialização do trabalho livre. As teorias racistas para resolver o problema do negro liberto, viu na imigração europeia uma saída estratégica. Fato que contribuiu e muito para o projeto político de embranquecimento da população.

Tornar a população brasileira embranquecida era meio de concretizar o projeto de formar uma nação baseada na raça branca e desejando que a mestiçagem fosse uma forma de diluição da raça negra, levando-se a acreditar que o Brasil era um

país mestiço, convivendo com relações sociais harmônicas e detentora de uma democracia racial.

Vieira (2010, p.98) afirma que é com a abolição da escravatura e a instauração da República que surge de modo expressivo a ideia da construção de uma nação. Vindo à luz o problema da integração dos ex-escravos na sociedade brasileira onde a afirmação de que uma identidade nacional brasileira sempre passou pela questão étnico-racial. Pode-se afirmar que antes de ser pensada em termos de cultura, a ideia da formação de uma nação foi pensada em termos de raça. A noção de raça não excluía a reflexão a respeito da cultura, da economia e da política, mas sempre foi o eixo principal.

Sendo na América do Norte, nas Antilhas, em qualquer outra parte do globo ou no Brasil, o negro foi introduzido como mão-de-obra para as plantações. Com o fim da escravidão sua situação social não mudou, reforçando que, com a abolição da escravatura não se libertou o negro dos preconceitos que vinha sofrendo ao longo dos séculos, pois a sua alma continuava sendo tratada como um complexo de inferioridade coletiva.

No século XVIII muitas são as teorias iluministas para explicar a inferioridade do povo africano e do negro brasileiro. Entre elas Buffon, explica a inferioridade do negro, utilizando-se da teoria do clima. Já, Voltaire, através da diversidade das origens do homem.

Buffon [...] Buffon [...] explicava a inferioridade dos negros mediante teoria do clima. De acordo com o autor, viver entre os trópicos, em um clima inóspito, abaixo de um calor extremo, os negros não tinham boas condições para seu desenvolvimento corporal, estético, intelectual e moral. [...] Desta forma os negros e seus descendentes, tenderiam à anomalias e degeneração. Voltaire, [...] defensor fervoroso da diversidade das origens dos humanos alegava que a inferioridade dos negros era decorrente de sua espécie originária uma vez que tinham estrutura interna peculiar a sua raça. A crença do autor em diferentes origens, assim como em

espécies fixas, o levou à considerar a mestiçagem como sendo uma anomalia acidental lamentável (Santos, 2002, p.10)

Ao longo da história da humanidade, a cor negra sempre teve atribuições negativas. A oposição entre branco / negro atravessaram séculos e com os iluministas ganhou maior destaque. Santos (2002, p. 45) relatam que em todos os tempos, esta cor sempre esteve revestida de valores negativos nas línguas indo-europeias. Em grego, o negro surge como uma mácula, tanto moral quanto física, onde o mesmo é tido como signo de corrupção e morte. Os homens da igreja, à procura de símbolos que revelassem sentidos obscuros, ocultos na natureza, levando a representatividade do pecado e maldição divina dos negros.

Pelo fato dos negros serem considerados como inferiores, comprovados biologicamente pelo tamanho do seu crânio ou pelo desenvolvimento de sua sociedade. Entretanto, o darwinismo introduz a questão da constante luta entre as raças, como motor vetor da história, um elemento chave alheio à tipologia racial. Na teoria darwinista, a questão da raça ganhou maior destaque, pois de acordo com a evolução da espécie e a seleção natural, acreditava-se em uma raça pura, mais forte e sábia, que iluminaria as raças inferiores quanto maior fosse o grau de miscigenação.

Se o cérebro é o órgão considerado como o mais importante dos homens, o seu formato é determinante para as qualidades inatas de cada um. Pelo formato do crânio, era possível saber qual a capacidade de cada raça. E de acordo com as avaliações das cabeças dos negros, índios e brancos, foi possível constatar que as cabeças dos africanos tinham dimensões menores que as cabeças dos europeus e por isso eram considerados inferiores intelectualmente (Santos, 2002, p. 59).

No contraste e na diferenciação entre o branco e o negro, percebe-se que ao longo da história, aquele é destinadas qualidades boas e a este, qualidades ruins. O branco simboliza divindade, luz, paz, harmonia, pureza etc. O negro simboliza maldade, treva, caos, vício, feiura, pecado, tristeza etc. Tanto o negro como a sua cultura eram encarados como signo de barbárie. Sua vida pregressa sexualmente,

politicamente e socialmente foi sendo devastada e atenuada diante da vida dos europeus. Sua invisibilidade e diferenças entre os povos africanos faziam com que todos fossem vistos de uma única e mesma forma. Todos como negros.

Observando o contraste entre ser branco ou negro no Brasil, percebe-se que o movimento abolicionista defendia os interesses de uma elite branca que pretendia de maneira planejada, adequar o negro a sociedade, sem que pudesse causar incômoda a ordem já estabelecida.

Os abolicionistas pretendiam uma abolição sem a participação do povo negro, para que pudessem estabelecer a seu bel-prazer, o seu lugar na República que se formava. [...] Abolição nunca foi sinônimo de ganho para a população negra, também não representavam ganho nem mesmo para aqueles que realmente eram alheios à liberdade dos escravos e aderiram às ilusões cujos altos custos até hoje recaem sobre seus descendentes. (Santos, 2002, p. 125-126)

Ser negro era ser representante de todo vício e forma de corrupção moral. Sua cultura era vista como um empecilho ao progresso do Brasil. Ser mestiço era ser resultado da negatividade da cultura africana. Porém, a única forma de equilibrar a sociedade brasileira e torná-la mais democrática, seria valorizá-lo. Mas isso não levou o sujeito negro à mesma categoria do branco. A democracia estabelecida, não permitiu um tratamento igualitário para ambos, deixando escondidos inúmeros preconceitos que se propagam até hoje.

No Brasil, observa-se que desde o período de colonização e formação da sociedade brasileira houve grande disparidade entre direitos para brancos, negros, mestiços, imigrantes etc. E mesmo após a abolição, os fatos permaneceram inalterados, ocorrendo alterações apenas na política, enquanto que a sociedade sofreu transformações a passos lentos. Hoje quando se fala em uma sociedade de classes, o momento em que se veem as pessoas em pé de igualdade, são nas manifestações culturais como o carnaval, onde nossa sociedade hierarquizada e representativa passa a ter todos no mesmo patamar durante os dias de festa. Transformando pobres em ricos e ricos em pobres.

Segundo Ferreira (2004, p.40) “o mito da democracia racial encobre o

preconceito e torna muito mais difícil o combate efetivo da injustiça para com indivíduos e grupos étnico-raciais no Brasil”. Assim a discriminação opera no nível dos indivíduos de maneira inconsciente e nem sempre é identificável como tal.

Observando essas relações de poder e dominação, acredita-se que a subordinação, o preconceito e a discriminação de raça ou classe social sempre houve na sociedade brasileira. O critério racial tornou-se o principal vetor a ascensão social no Brasil. A inferioridade biológica e cultural dos negros pelos dominantes, foi o motivo para expandir e propagar o preconceito a esta população.

Espaços e movimentos sociais como meios de valorização da identidade negra

É diante desse quadro histórico que a sociedade brasileira vai se compondo e a relação de poder entre o branco e o negro vai se estabelecendo. Ferreira (2004, p.12) afirma que [...] “nós vivemos em uma sociedade onde os valores são determinados pela cultura branca europeia, tidos como superiores, o que ocasionou aos afrodescendentes o desenvolvimento de autoimagem negativa, acompanhada de baixa autoestima e contribuindo para geração de condições desumanas da existência”.

De acordo com Bacelar (2001, p.192) as raízes africanas foram vividas de forma dinâmica nas argolas, nas trancinhas, nas músicas, nas roupas, na sociabilidade, criando um sentimento do negro com referencial identificador a afirmação de toda negritude, espalhando-se por todo o corpo social, onde se preponderaram o orgulho e vaidade de ser negro. A escola surge como espaço de debate e conscientização do que é ser negro, levando o sujeito negro a refletir sobre as suas origens, porém é necessário que se acabe com a propagação da sua discriminação. Cabe também, a formação de professores qualificados para propor e promover debates em termos educacionais sobre os preconceitos as práticas discriminatórias e superá-las.

Ferreira (2004, p.170) afirma que a família negra é outro lugar fundamental na formação de suas crianças, pois tem a possibilidade de prepará-las para o enfrentamento das situações de adversidades provocadas pelo preconceito que encontrarão na vida. Outro fator a ser destacado é a militância, pois através do contato com as manifestações culturais, discussões étnico-raciais, além de espaços

de bate papo, as pessoas podem desenvolver uma aceitação positiva de suas identidades.

Lei 10.639/03 Resgate e reconhecimento da Cultura Africana e Afro-brasileira

Diante do que foi exposto, houve a preocupação de se fazer uma breve descrição do processo histórico no qual o povo africano e afro-brasileiro foi inserido na sociedade. Buscando essas raízes históricas, percebe-se que o preconceito se dá, em todas as relações humanas, onde o mais forte sempre quer se aproveitar daquele dito mais fraco.

Acabar com a discriminação e o preconceito é um grande desafio para a sociedade brasileira. Alguns passos já foram dados, outros estão sendo. Entre eles, destaca-se a Lei 10.639/03 como forma de se ampliar o debate e a discussão sobre a valorização da cultura africana e afro-brasileira dentro dos espaços escolares.

A Lei 10.639/03 em seu art. 1º estabelece que nos estabelecimentos de ensino o ensino da disciplina História e a Cultura Afro-Brasileira são obrigatórios. Os conteúdos programáticos incluirão:

- (i) o estudo da História da África e dos Africanos;
- (ii) a luta dos negros no Brasil;
- (iii) a cultura negra brasileira;
- (iv) o negro na formação da sociedade nacional, com resgate da contribuição do povo negro nas áreas econômica, social e política relevantes para a História do Brasil (Brasil, 2003).

Quando se fala em processos culturais, é necessário afirmar que cada cultura possui suas particularidades. Não existe a superior ou inferior, mas sim a diferente, com seus costumes, suas crenças e suas próprias manifestações. Porém na visão de uma sociedade capitalista e que ainda hoje vê laços culturais europeus como superiores, percebe-se que há uma tentativa de se afirmar a cultura do colonizador para manter uma uniformidade cultural.

Cada cultura se constitui em determinados elementos, comportamentos, manifestações etc. Mas, nunca, ela pode ser considerada estagnada, pois, a partir

das influências culturais de um povo sobre o outro, elas se transformam através de um processo histórico em constante transformação.

Uma cultura, portanto, pode ser aceita ou não por outra, ou seja, aceita-se o que é agradável, o que não for é rejeitado. É desta forma que o dominador estabeleceu a sua dominação cultural sobre a sociedade africana e afro-brasileira. Incorporando aos seus valores culturais, aquilo que lhe favorecia. O que não lhe favorecia era excluído. Isso poderia ser nos visto mais diferentes aspectos: sejam no cultivo da lavoura, nas danças, nas músicas, nos elementos religiosos, entre outros.

Não se pode pensar no processo de memorização como sendo estático porque a tradição nunca foi mantida na íntegra. O estudo dos cultos africanos brasileiros mostra que presença de fenômenos de sincretismo e aculturação, que indicam precisamente como se deu o aspecto das mutações culturais. No entanto, cabe ressaltar que mesmas transformações se fazem sobre a égide de uma tradição dominante a da memória coletiva africana. Um exemplo disso é o sincretismo dos santos católicos com os deuses africanos. Associação entre Santa Bárbara, Iemanjá e Nossa Senhora, Oxalá e Jesus e várias outras, não são arbitrárias. [...] Exu quando é sincretizado com o demônio, aproximam as qualidades de Lúcifer as *the trickster* do deus africano. Seu sincretismo com São Pedro retém, no entanto, outro traço, o da passagem do Rei das encruzilhadas, que se associa a Pedro, porteiro do céu. (Ortiz, 2003, p. 132-133)

Segundo Pozenato (2003, p.31), para aceitação ou rejeição cultural, o critério seletivo pode ser um critério de utilidade, mas pode também ser critérios da ordem das representações dos significados. Além do critério seletivo, existem fatores políticos e ideológicos que acabam interferindo no processo cultural e mexendo nos valores culturais. Assim novos sinais vão surgindo e outros sendo eliminados pelos próprios grupos culturais, uma vez que decidem o que tem significado ou não as suas culturas.

Entretanto uma forma de manter a propagação e reafirmar os valores culturais de uma determinada sociedade, em especial a sociedade afrodescendente

Revista Inovação Tecnológica, São Paulo, v. 8, n. 1 p. 67-84, jan./jun. 2018 - ISSN 2179-2895 76

brasileira, é a sua conscientização através da educação, pois ela pode trazer a esta população uma consciência, na qual os integrantes deste grupo cultural possam resgatar os valores esquecidos e os reconsiderarem.

Portanto, a Lei 10.639/03 vem de encontro a combater tal situação, a valorizar e enriquecer laços culturais africanos na criação da identidade nacional brasileira, garantir espaços de discussão, bem como combater qualquer forma de discriminação e preconceito dentro e fora dos espaços escolares, garantindo aos docentes formações adequadas para trabalharem tais questões com seus alunos.

Cabe à escola não apenas estabelecer a educação como forma de dizer os valores que se tem e que se deve preservar, mas fazer com que o sujeito valorize as suas raízes e não perca sua identidade. Laços culturais entre diferentes culturas devem permanecer e serem trabalhadas para manter os elementos diferenciadores de identidades e mostrar a importância da diversidade, não só entre indivíduos, mas também entre culturas. A função da educação dentro deste contexto cultural é o de transmitir, relacionar e criar novos saberes entre diferentes grupos culturais.

Dando continuidade ao que é descrito no 1º parágrafo da Lei 10.639/03, que fala sobre a busca de identidade da população brasileira, cabe afirmar que não há uma identidade única, mas pluralidades culturais construídas em diferentes grupos sociais e contextos históricos, onde o negro foi marginalizado desde sempre, nunca tendo reconhecimento como cidadão até a Abolição, nesse sentido, a escravidão impunha limites à sua condição. O processo de unificação de um único povo e da criação da identidade nacional criou o mito da mestiçagem e a formação da sociedade brasileira ancorada em três raças: europeus, índios e africanos, que ao se difundirem na sociedade, permitiu aos indivíduos, de diferentes classes sociais e grupos de cor, interpretar, dentro do padrão proposto, como se davam as relações raciais vivenciadas por eles. Na medida em que a sociedade se apropriou das manifestações de cor, integrando-as ao discurso unívoco do nacional, percebeu-se que as relações raciais perderam sua especificidade (ORTIZ, 2003, p.43).

A Lei 10.639/03 permite se pensar dentro dos espaços escolares em um currículo atualizado e que tenha como uma de suas propostas a inclusão de conteúdos procedentes das várias culturas que constituem a sociedade brasileira. Dando maior ênfase à necessidade de se pensar as culturas afro-brasileiras como um campo de diversidades. Pensando em práticas educativas que estabeleçam o

Revista Inovação Tecnológica, São Paulo, v. 8, n. 1 p. 67-84, jan./jun. 2018 - ISSN 2179-2895 77

diálogo entre as diferentes identidades.

Diante disso, o sujeito em suas práticas individuais e as instituições da sociedade em suas práticas coletivas tendem a ecoar os diferentes momentos e processos que atravessam as relações entre o eu e o outro, ou seja, tudo o que fazemos, seja individualmente, seja em grupo, busca exprimir aquilo que pensamos sobre nós mesmos e o que pensamos do outro. Nesse cenário, a escola é, de forma inevitável, um lugar privilegiado que busca refletir, através de diferentes prismas, o desafiador enredo sobre as relações sociais (Pereira, 2007, p. 15).

A escola surge como espaço de reconhecimento e de respeito às diversidades culturais. Dialogando com os Parâmetros Curriculares Nacionais e outros documentos no que se refere à pluralidade cultural, a escola se constitui em um espaço de resistência e de outras formas de relação social e interpessoal.

A inserção dos conteúdos descritos no primeiro parágrafo da Lei 10.639/03 é de suma importância para se eliminar discriminações, corrigir injustiças, e promover a inclusão social de todos no sistema educacional brasileiro.

Nessa perspectiva, a educação deve estar comprometida com a transmissão de valores éticos, a cooperação e o respeito entre todos. Educar não trata apenas de transmitir conhecimentos e informar, mas sim de integrar a educação a uma cultura com características similares e particulares, tais como a língua, as crenças, as tradições, e os estilos de vida de determinadas sociedades (Fagundes, 2001, p.17).

A escola é espaço onde se aprende a conviver com as diferenças, a discutir e refletir sobre o mundo social, político e histórico. É uma entidade ativa na vida dos cidadãos e reflete constantemente os conflitos presentes na sociedade. A escola não pode ser neutra, mas também, não pode ser dogmática e rígida, pois é sua função levar o ser a reflexão, a novos horizontes, a novas formas de ver e entender o mundo. Para tanto, é necessário professores que contribuam e interfiram na formação de seus alunos através de suas atitudes, suas histórias de vida, suas regras de convivência e sua maneira de ser e de pensar, relacionando a prática com a teoria dentro do espaço escolar, assim como na formação de professores, de

acordo com os temas transversais, valores éticos devem ser trabalhados por toda comunidade escolar em todas as disciplinas. Daí a importância de se pensar em uma educação para igualdade em todos os segmentos da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio).

No que se refere à cooperação para se transmitir valores étnico-raciais, é necessário ações conjuntas entre toda a equipe escolar, almejando o mesmo objetivo, beneficiando não apenas a um sujeito, mas sim a todos. Dentro dos espaços escolares práticas, a cooperação faz com que cada um contribua com suas habilidades e competências para se alcançar um objetivo único. E o respeito estabelecido entre os pares é condição primordial para que as relações sociais aconteçam de maneira saudável, estereótipos e paradigmas sejam quebrados, o respeito e a valorização a cultura do outro sejam respeitadas.

METODOLOGIA

De acordo com Gil (2002), as pesquisas descritivas objetivam descrever características de determinados fenômenos ou determinadas populações. As pesquisas descritivas têm como objetivo estudar características de determinados grupos, sendo indicados para demonstrar diferentes prismas do problema que, juntamente com as exploratórias, são geralmente, as mais realizadas por pesquisadores sociais, que se preocupam com a atuação da prática social. Entretanto, para se confrontar a visão teórica dos resultados, analisando-se fatores sob o ponto de vista empírico, faz-se necessário traçar um modelo conceitual, assim como operativo da pesquisa (Gil, 2002).

Gil (2002) define a pesquisa como sendo um “procedimento sistemático, objetivando proporcionar soluções, assim como respostas para problemáticas”. Logo, é possível afirmar que as pesquisas são fundamentais para pesquisadores e estudiosos não dispuserem de informações para sanarem a problemática ou quando as informações disponíveis estiverem desconstruídas ou desordenadas.

Como metodologia de pesquisa, além da Lei 10. 639/03 foi feita leitura a respeito de teóricos que escrevessem sobre a construção da identidade nacional, elementos culturais africanos na sociedade brasileira e a escola como espaço de favorecimento a igualdade de direitos e de combate ao preconceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, o artigo atingiu o seu propósito. Refletir a respeito do processo histórico da formação da sociedade brasileira, bem como da discriminação e da inferioridade da raça negra. Contrapondo a esta inferioridade, descrever aspectos positivos à valorização da cultura africana e afro-brasileira. Dialogar com a Lei 10.639/03 como meio de combater a discriminação e o preconceito. Afirmar a importância da escola e de espaços de formação para se garantir direitos, diminuir as desigualdades e respeitar as diferenças.

A Lei 10.639/03 considerada uma das ações afirmativas para as questões étnico-raciais, foi uma das conquistas da sociedade brasileira e afrodescendente, pois, dá legitimidade as discussões e enfrentamento ao racismo e as exclusões, dando oportunidades a uma população desfavorecida. Ela surge como forma de reparação e de resgate de uma cultura e de um povo que, ao longo do processo histórico de formação da sociedade brasileira, foi marginalizado e ainda continua sendo de forma encoberta.

Esta marginalização é vista na falta de opção ao ingressar no mercado de trabalho e na aquisição de uma boa função ou cargo. Tal situação é herança de um sistema escravocrata, em que os dominantes não achavam importante que os escravos soubessem ler e escrever.

Esta realidade social vivida pela sociedade afro e afrodescendente brasileira, mesmo após o fim da escravidão e a vigência do sistema capitalista, não desenvolveu a inserção desta população no mercado de trabalho assalariado. As desigualdades sociais e educacionais entre afrodescendentes e brancos estão associadas a cor e as oportunidades sociais dadas a um e a outro. Todavia, para combater e diminuir essas desigualdades, é necessário pensar em uma educação que garante a igualdade de direito a todos.

Dentro dos espaços escolares, cabe a gestores e professores perceber a importância da lei para promover o direito à igualdade, de respeito a diferenças, de combater as desigualdades e valorizar uma cultura essencial a formação da verdadeira identidade nacional e de uma sociedade democrática. A escola é responsável por todas as suas práticas educativas. Deve ser espaço de discussão e combate ao preconceito, e ao longo da educação básica propor ao educador, desde

a Educação Infantil, momentos os quais as igualdades de direitos sejam disseminadas e as diferenças combatidas.

Nesta linha de pensamento, a Educação deve propor momentos em que, ao longo da escolarização, os educandos possam expressar sua vivência de acordo com as relações étnico-raciais, aprendendo, dessa forma, a conviver com as diferenças, respeitando as diversas identidades. Para tanto, educadores e a comunidade escolar, devem propor ações cotidianas para quebrarem os preconceitos, de forma a minimizar com estereótipos, tornando saudável as relações entre toda comunidade escolar, minimizando qualquer tipo de discriminação.

O reconhecimento do papel dos educadores, no que concerne a promoção de igualdade e conseqüentemente, eliminação de qualquer forma de discriminação, visa implicar na construção de um currículo escolar que reconheça as desigualdades, valorize as diferenças e diversidade, rompendo com as relações de dominação das classes sociais, raça, etnia, gênero e possibilite a emancipação do sujeito.

Todavia, mesmo havendo resistência por parte de alguns educadores a se trabalhar questões étnico-raciais, vale ressaltar que, mesmo que estes afirmem que trabalham tais questões, percebe-se o trabalho apenas em datas comemorativas como as destacadas nos livros de história (o fim do tráfico negreiro, a abolição da escravidão, a lei áurea, o dia da consciência negra etc.).

Portanto, essas datas servem apenas para reforçar um preconceito implícito e propagado ao longo da história. Trabalhar questões étnico-raciais dentro das escolas é promover o debate e a reflexão contra qualquer tipo de discriminação. É valorizar um povo que deu a sociedade brasileira a sua cultura, os seus valores, as suas raízes e a oportunidade de conhecermos a sua verdadeira identidade.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, K. C. **Áfricas no Brasil**. Scipione. São Paulo, 2003.
- BACELAR, J. **A herança das raças: negros e brancos em Salvador**. Pallas. Rio de Janeiro, 2001.
- BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC-SECAD/SEPPIR /INEP, 2004.
- _____. **LEI Nº 10.639/03**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 09/08/2017.
- FAGUNDES, M. B. **Aprendendo valores éticos**. Autêntica. Belo Horizonte, 2001.
- FERREIRA, R. F. **Afrodescendente: identidade em construção**. 1ª edição. Pallas/Educ. Rio de Janeiro/São Paulo, 2004.
- GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo. Atlas. 2002.
- JOAQUIM, M. S. **O papel da liderança religiosa feminina na construção da identidade negra**. Pallas/Educ. São Paulo, 2001.
- JUNIOR, H. C. **Tear africano: contos afrodescendentes**. 2ª edição. Selo Negro. São Paulo, 2004.
- ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. Editora Brasiliense. São Paulo, 2003.
- PASSOS, A. H. I. **De escravizado a cidadão: o negro no pós-abolição e a construção de uma política de branqueamento**. In: LAIA M. A. & SILVEIRA M. L. (Org.). **Construindo a igualdade racial: 1º prêmio para artigos de graduação e pós-graduação**. São Paulo. Prefeitura de São Paulo, 2010, pp. 65-81.
- PEREIRA, E. A. **Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação**. Paulinas. São Paulo, 2007.
- PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Trad. Denise Bottmann. 3ª edição. Paz e Terra. São Paulo, 2001.
- POZENATO, J. C. **Processos Culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural**.

Educs. Caxias do Sul, 2003.

RAMOS, A. **O negro brasileiro**. 5ª edição. Graphia. Rio de Janeiro, V. 1, 2001.

SÃO PAULO. **Currículo integrador da infância paulistana**. Secretaria Municipal de Educação. São Paulo: SME/DOT, 2015.

_____ **Indicadores de qualidade na Educação Infantil paulistana**. Secretaria Municipal de Educação. São Paulo, 2016.

_____ **Orientações curriculares e expectativas de aprendizagens para a Educação étnico-racial na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio**. Secretaria Municipal de Educação. São Paulo, 2008.

SANTOS, G. A. **A invenção do ser negro: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. Pallas/Educ. São Paulo/Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, S. A. G. **Sem Educação não há liberdade: a experiência da Faculdade Zumbi dos Palmares na inclusão do negro no ensino superior**. In: LAIA M. A. & SILVEIRA M. L. (Org.). **Construindo a igualdade racial: 1º prêmio para artigos de graduação e pós-graduação**. São Paulo. Prefeitura de São Paulo, 2010, pp. 23-39.

SILVA, T. B. **Multiculturalismo e Políticas Públicas: limites e possibilidades da Lei nº 10.639/03**. In: LAIA M. A. & SILVEIRA M. L. (Org.). **Construindo a igualdade racial: 1º prêmio para artigos de graduação e pós-graduação**. São Paulo. Prefeitura de São Paulo, 2010, pp. 40-64.

VIEIRA, F. S. S. **As etnias africanas e a construção do projeto nacional**. In: LAIA M. A. & SILVEIRA M. L. (Org.). **Construindo a igualdade racial: 1º prêmio para artigos de graduação e pós-graduação**. São Paulo. Prefeitura de São Paulo, 2010, pp. 97-126.

LUCIANO JOÃO DE SOUSA, CELIA BRAGA DALLA

**THE MEANS OF COMBATING INEQUALITIES, DIFFERENCES,
PREJUDICE AND RACISM (LAW 10.639 / 03)**

Prof. Luciano João de Sousa, lucianojs@gmail.com

Faculdades Integradas Campos Salles

Me. Celia Braga Dalla, profaceliabraga@gmail.com

UNIP – Universidade Paulista

Abstract

The main goal of this article is to reflect and dialogue with Law/Lei 10.639/03 about its importance in the consolidation of affirmative actions in order to decrease inequalities, differences, prejudice and racism. Construct knowledge based on theoretical foundation regarding the historical process of formation of discrimination and the inferiority of the Brazilian Negro. To propose the appreciation of African and Afro-Brazilian culture as dance, music, religion, literature and language. The school as a promoter of equality, as a space for debate and reflection on ethnic-racial issues and the importance of the educator in its implementation.

Key words: Law 10.639/03; African and Afro-Brazilian culture; National identity; Ethnic-racial issues; Affirmative actions.